13 MAI 1984

Banqueiro faz proposta suicida aos devedores

Heitor Tepedino

UPI

Galvêas reúne-se em Washington com William Brock

Nova Iorque — Contabilização dos juros chamados inflacionários — fórmula estudada pelos banqueiros na reunião de bancos centrais em Nova Iorque — visando aliviar países endividados, para o Brasil, em 15 anos, significaria que caso nossa dívida fosse hoje de US$ 100 bilhões, após este período atingiria a US$ 600 bilhões, o que nos permite classificar esta fórmula de suicida. Em 1983, os juros da **prime rate** eram de 10,5 por cento e agora saltaram para 12,5 por cento, representando um estrangulador de todo o esforço exportador, cuja expansão não consegue acompanhar o custo financeiro de nossa dívida.

As soluções para os banqueiros certamente não serão as melhores para os devedores. Dentro desta fórmula, se propõe que a inflação real seja anualmente paga em forma de juros, enquanto o excesso do chamado "prêmio inflacionário" seria contabilizado, jogando-se para a frente esses débitos. O problema a ser analisado é se este sistema não irá agravar a bola de neve do nosso já elevado débito externo, tudo indicando que sim.

Atualmente, com os juros da **prime rate** em 12,5 por cento ao ano, para o Brasil este custo atinge a 14,5 por cento, porque o **spread** pago por nós é de dois por cento ao ano. Com isto, caso tivéssemos um débito a juros variáveis de US$ 100 bilhões e os juros considerados reais fossem de 2,5 por cento, seriam acumulados 12 por cento em forma de contabilização da dívida, o que num período de 15 anos elevaria este total para US$ 600 bilhões.

Como se pode observar, esta solução poderia ser uma fórmula transitória para um ou dois anos, mas não existe a menor dúvida de que em longo prazo os países devedores da América Latina e de todo o Terceiro Mundo não conseguiriam pagar as suas dívidas mesmo entregando os seus países aos credores.

O grande problema a ser analisado pelo Brasil é a parcela da sua dívida em que os juros são variáveis, com os números indicando que estamos em desvantagem. Admitindo-se que hoje a nossa dívida externa sujeita à variação dos juros internacionais esteja em torno de US$ 60 bilhões e que nossas exportações sejam de US$ 20 bilhões, constatamos que a participação de nossas vendas externas representam 33 por cento do total do débito.

No caso de um país como a Coréia do Sul, cuja dívida externa com juros variáveis deve ser cerca de US$ 15 bilhões contra exportações de US$ 22 bilhões, verifica-se que as suas exportações representam 150 por cento da dívida.

Comparando-se essas posições, pode-se concluir que quando os juros da **prime rate** sobem no mesmo momento em que as exportações internacionais estão em expansão, a Coréia do Sul melhora a posição da sua dívida externa, porque está obtendo maiores lucros no comércio externo, já que a parcela dos seus juros variáveis é bem inferior ao volume das exportações. No caso do Brasil, o resultado é inverso, porque enquanto as suas exportações estão sendo beneficiadas com certo crescimento oriundo do fim da recessão mundial, esta parcela representa apenas 33 por cento da dívida onerada com juros maiores, o que significa que o peso dos juros irá onerar mais ainda as contas do país, devido ao peso diferente entre a proporção da dívida a juros variáveis e o volume de exportações.

Dentro da mentalidade de alguns técnicos brasileiros, isto não teria problema na base de que do futuro só Deus sabe. Basta ler-se recentes declarações de que o reajuste da **prime rate** somente irá fazer efeito daqui a seis meses, como se o país não tivesse de pagar esta conta daqui a seis meses. Uma tese tipicamente subdesenvolvida, porque só se estará adiando o estouro, com o gravante de se estar transformando uma bomba normal num míssel nuclear.

Neste contexto, a atual política brasileira de expansão das exportações como fórmula de aliviar-se os compromissos financeiros da dívida externa não atingirá os seus objetivos enquanto os banqueiros internacionais continuarem reajustando os seus juros na atual velocidade, principalmente no caso brasileiro, que conta com exportações de US$ 20 bilhões para sustentar um débito de juros variáveis de US$ 60 bilhões o que, em outras palavras, seria o mesmo que ter ração para gatos para sustentar leões esfomeados.

Desta forma, o Terceiro Mundo tem de lutar contra uma **prime rate** tão acima da média inflacionária mundial como ocorre atualmente, porque somente com a redução dos juros para níveis honestos um país como o Brasil terá oportunidade de sair deste cipoal de problemas. O governo Reagan está sem ação diante da política monetária de Paul Volcker no comando do Federal Reserve (Banco Central Americano), o único responsável por esses desmandos na área financeira internacional, que massacra os países em desenvolvimento. No entanto, já se fala que Paul Volcker irá derrotar Reagan nas eleições presidenciais deste ano, como derrotou Carter nas eleições de 1980. Esta ameaça poderá assustar Reagan, motivando alguma reação da Casa Branca em relação ao Federal Reserve, o que seria a única salvação para os grandes devedores como o Brasil.